

EDITAL VERTICALIZADO

**TRE-PA - ANALISTA JUDICIÁRIO
- ÁREA JUDICIÁRIA**



**A CASA DO
SIMULADO**

CONCURSO DE TRE-PA
CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME: 16/02/2020 (MANHÃ).

BANCA: IBFC.

DURAÇÃO: 4 horas.

FASES DO CONCURSO:

1. Prova objetiva – caráter eliminatório e classificatório;
2. Prova discursiva – caráter eliminatório e classificatório;
3. Exame médico admissional – Avaliação da capacidade mental e física – caráter eliminatório.

PROVA OBJETIVA

NÚMERO DE QUESTÕES: 80 - Estilo de múltipla escolha de **04** alternativas.

PROVAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO	PONTUAÇÃO DA PROVA	PESO	NOTA MÁXIMA DA PROVA	QUANTIDADE MÍNIMA DE ACERTOS PARA A APROVAÇÃO
Conhecimentos Gerais	40	0,25	10	1	10	24 acertos (60%)
Conhecimentos Específicos	40	0,25	10	3	30	24 acertos (60%)

PROVA DISCURSIVA – PESO 2

*A Prova Discursiva constituir-se-á de **1 (uma) Questão Discursiva** sobre o conteúdo específico constante do Anexo II do Edital de acordo com o cargo/área/especialidade.*

Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado, estiver rasurado, ilegível ou incompreensível ou escrito em língua diferente da portuguesa.

PONTUAÇÃO: 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se aprovado nesta etapa o candidato que obtiver nota igual ou superior a 6 (seis).

LIMITES DE LINHAS

- **MÍNIMO:** 20 linhas;
- **MÁXIMO:** 30 linhas.

ITEM	CRITÉRIOS DE CORREÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	ESTRUTURA: o conteúdo apresentado pelo candidato deve ser um texto predominantemente dissertativo-argumentativo, devendo constituir-se de um conjunto articulado de ideias relacionadas ao caso proposto.	3
2	CONTEÚDO: análise das ideias fundamentais do texto observando a fidelidade ao caso proposto; consistência e relevância argumentativa; progressão temática; e senso crítico do candidato.	5
3	EXPRESSÃO: atenção máxima à contribuição ideativa do candidato, avaliando, ao mesmo tempo, a sua adequação vocabular ao caso e a fidelidade ao registro culto da língua portuguesa.	2
TOTAL DE PONTOS		10

Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva:

- a) que estiver em branco;
- b) com conteúdo diverso do tema estabelecido;
- c) que fuja da tipologia, tema e proposta da Prova Discursiva;
- d) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português;
- e) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.
- g) que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido.

LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1 Emprego das classes de palavras.					
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5 Concordância verbal e nominal.					
5.6 Regência verbal e nominal.					
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Significação das palavras.					
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Noções de sistema operacional (ambiente Windows).					
2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office).					
3 Redes de computadores.					
3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet.					
3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome).					
3.3 Sítios de busca e pesquisa na Internet.					
3.4 Grupos de discussão.					
3.5 Redes sociais.					
3.6 Computação na nuvem.					
4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.					
5 Segurança da informação.					
5.1 Procedimentos de segurança.					

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações).					
2 Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União (Lei nº 11.416/2006 e suas alterações).					
3 Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992) e suas alterações.					
4 Ética no Serviço Público.					
4.1 Ética e moral.					
4.2 Ética, princípios e valores.					
4.3 Ética e democracia: exercício da cidadania.					
4.4 Ética e função pública.					
4.5 Resolução TRE/PA nº 5.389/2017.					

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Resolução nº 2.909/2002 (publicada no DOE de 14.2.2002), com as alterações posteriores.					

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

TÓPICOS	LEITURA	ORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS	RASCUNHO	FOLHA DEFINITIVA	REVISÃO
1 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, ratificada, no âmbito do direito interno, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008.					
2 A constitucionalização dos direitos das pessoas com deficiência. A política nacional para a integração das pessoas com deficiência; diretrizes, objetivos e instrumentos.					
3 Lei nº 7.853/1989 e Decreto nº 3.298/1999, e suas alterações. As responsabilidades do Poder Público. Educação. Saúde. Formação profissional e do trabalho. Recursos humanos. Edificações. A criminalização do preconceito. As categorias de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla.					
4 Lei nº 10.048/2000, e suas alterações (Prioridade de atendimento) posteriores. Lei nº 10.098/2000, e suas alterações (promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida).					
5 O Decreto nº 5.296/2004, e suas alterações.					
6 Reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência.					
7. A ação civil pública para a tutela jurisdicional dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos das pessoas com deficiência.					

DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Constituição.					
1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.					
1.2 Supremacia da Constituição.					
1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.					
1.4 Interpretação das normas constitucionais.					
1.4.1 Métodos, princípios e limites.					
2 Poder constituinte.					
2.1 Características.					
2.2 Poder constituinte originário.					
2.3 Poder constituinte derivado.					
3 Princípios fundamentais.					
4 Direitos e garantias fundamentais.					
4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.					
4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.					
4.3 Direitos sociais.					
4.4 Nacionalidade.					
4.5 Direitos políticos.					
4.6 Partidos políticos.					
5 Organização do Estado.					
5.1 Organização político-administrativa.					
5.2 Estado federal brasileiro.					
5.3 A União.					
5.4 Estados federados.					
5.5 Municípios.					
5.6 O Distrito Federal.					

5.7 Territórios.					
6 Administração Pública.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Servidores públicos.					
7 Organização dos poderes no Estado.					
7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.					
7.2 Poder legislativo.					
7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições.					
7.2.2 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.					
7.2.3 Tribunal de Contas da União (TCU).					
7.2.4 Processo legislativo.					
7.2.5 Prerrogativas parlamentares.					
7.3 Poder Executivo.					
7.3.1 Presidente da República.					
7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades.					
7.3.2 Ministros de Estado.					
7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional.					
7.4 Poder Judiciário.					
7.4.1 Disposições gerais.					
7.4.2 Órgãos do Poder Judiciário.					
7.4.2.1 Organização e competências.					
7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
8 Funções essenciais à Justiça.					
8.1 Ministério Público.					
8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências.					
8.2 Advocacia Pública.					
8.3 Defensoria Pública.					
9 Controle da constitucionalidade.					

9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro.					
9.2 Controle incidental ou concreto.					
9.3 Controle abstrato de constitucionalidade.					
9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas.					
9.5 Ação declaratória de constitucionalidade.					
9.6 Ação direta de inconstitucionalidade.					
9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.					
9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.					
9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.					
9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.					
10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.					
11 Finanças públicas.					
11.1 Normas gerais.					
11.2 Orçamentos.					
12 Ordem econômica e financeira.					
12.1 Princípios gerais da atividade econômica.					
13 Sistema Financeiro Nacional.					

DIREITO ELEITORAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Conceito e fontes.					
2 Princípios constitucionais relativos aos direitos políticos (nacionalidade, elegibilidade e partidos políticos) de que trata o Capítulo IV do Título I da Constituição Federal em seus arts. 14 a 17.					
3 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).					
4 Organização da Justiça Eleitoral: composição e competências.					
5 Ministério Público Eleitoral: atribuições.					
6 Alistamento eleitoral.					
6.1 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações.					
6.2 Lei nº 6.996/1982 e suas alterações.					
6.3 Lei nº 7.444/1985.					
6.4 Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 21.538/2003.					
6.5 Ato e efeitos da inscrição.					
6.6 Segunda via.					
6.7 Transferência e encerramento.					
6.8 Delegados partidários perante o alistamento.					
6.9 Cancelamento e exclusão de eleitor.					
6.10 Revisão e correção eleitorais.					
7 Domicílio eleitoral.					
8 Elegibilidade.					
8.1 Conceito e condições.					
8.2 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (Inelegibilidade).					
8.3 Fatos geradores de inelegibilidade.					
8.4 Incompatibilidades, prazos e suspensão por decisão judicial dos efeitos da inelegibilidade.					
9 Impugnação de registro de candidatura.					

9.1 Competência para julgamento, procedimentos, prazos e efeitos recursais no âmbito da Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações.					
10 Partidos políticos (conforme a Constituição Federal, Código Eleitoral, Lei nº 9.096/1995 e suas alterações): conceituação, destinação, liberdade e autonomia partidárias, natureza jurídica, criação e registro, caráter nacional, funcionamento parlamentar, programa, estatuto, filiação, fidelidade e disciplina partidárias, fusão, incorporação e extinção, finanças e contabilidade, prestação de contas e sanções dela decorrentes, fundo partidário, acesso gratuito ao rádio e à televisão, propaganda partidária.					
11 Eleições (Código Eleitoral, Lei nº 9.504/1997 e suas alterações).					
11.1 Sistema eleitoral: princípio majoritário e proporcional, representação proporcional, disposições gerais.					
11.2 Coligações.					
11.3 Convenções para escolha de candidatos.					
11.4 Registro de candidatura: pedido, substituição, cancelamento, impugnação no âmbito da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações.					
11.5 Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: vedações inerentes e sanções.					
11.6 Prestação de contas de campanha.					
11.7 Pesquisas e testes pré-eleitorais.					
11.8 Propaganda eleitoral (conforme o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504/1997 e suas alterações).					
11.8.1 Propaganda na imprensa escrita, no rádio, na televisão, na Internet e por outros meios.					
11.8.2 Direito de resposta.					
11.8.3 Condutas vedadas em campanhas eleitorais.					
11.8.4 Propaganda eleitoral extemporânea e propaganda irregular (multa).					
11.8.5 Representação por conduta vedada.					
11.9 Eleições.					
11.9.1 Atos preparatórios da votação.					
11.9.2 Seções eleitorais.					
11.9.3 Mesas receptoras.					

11.9.4 Fiscalização das eleições.					
11.9.5 Polícia os trabalhos eleitorais.					
11.9.6 Início da votação.					
11.9.7 O ato de votar.					
11.9.8 Voto no exterior.					
11.9.9 Encerramento da votação.					
11.9.10 Órgãos apuradores.					
11.9.11 Apuração nas juntas eleitorais, nos tribunais regionais e no Tribunal Superior Eleitoral.					
11.9.12 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos.					
11.9.13 Privilégios e garantias eleitorais: aspectos gerais, liberdade no exercício do sufrágio, fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais — Lei nº 6.091/1974 e suas alterações. 11.9.14 Impugnações e recursos.					
11.9.15 Nulidades da votação.					
11.10 Diplomação dos eleitos: natureza jurídica, competência para diplomar e fiscalização.					
11.11 Recursos eleitorais.					
11.11.1 Cabimento, pressupostos de admissibilidade, processamento, efeitos e prazos.					
11.11.2 Recursos perante juntas e juízos eleitorais, tribunais regionais e Tribunal Superior.					
11.12 Disposições finais da Lei nº 9.504/1997 e suas alterações.					
11.13 Dever eleitoral: sanções ao inadimplemento, isenção, justificacão pelo não comparecimento à eleição.					
11.14 Abuso de poder e corrupção no processo eleitoral.					
11.14.1 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações (investigacão judicial eleitoral).					
11.14.2 Representacão por captacão ilícita de sufrágio (art. 41- da Lei nº 9.504/1997).					
11.14.3 Recurso contra a expedicão de diploma.					
11.14.4 Açã de impugnaçã de mandato eletivo.					
12 Crimes eleitorais.					
12.1 Crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, na Lei Complementar nº 64/1990 e na Lei nº 9.504/1997 e suas alterações.					

12.2 Processo penal eleitoral: ação penal, competência em matéria criminal eleitoral, rito processual penal eleitoral com aplicação subsidiária do Código de Processo Penal.					
12.3 Lei nº 11.300/2006 e suas alterações (Lei da Minirreforma Eleitoral).					
13 Lei nº 12.034/2009.					
14 Lei nº 13.165/2015.					

DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Introdução ao direito administrativo.					
1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo.					
1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.					
1.3 Fontes do direito administrativo.					
2 Administração Pública.					
2.1 Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito.					
2.2 Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.					
3 Regime jurídico- administrativo.					
3.1 Conceito.					
3.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.					
3.3 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.					
3.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					
4 Organização administrativa.					
4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.					
4.2 Administração direta.					
4.2.1 Conceito.					
4.2.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação.					
4.3 Administração indireta.					
4.3.1 Conceito.					
4.3.2 Autarquias.					
4.3.3 Agências reguladoras.					
4.3.4 Agências executivas.					
4.3.5 Fundações públicas.					

4.3.6 Empresas públicas.					
4.3.7 Sociedades de economia mista.					
4.3.8 Consórcios públicos.					
4.4 Entidades paraestatais e terceiro setor.					
4.4.1 Serviços sociais autônomos.					
4.4.2 Entidades de apoio.					
4.4.3 Organizações sociais.					
4.4.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).					
4.5 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					
5 Atos administrativos.					
5.1 Conceito.					
5.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos.					
5.3 Requisitos ou elementos.					
5.4 Atributos.					
5.5 Classificação.					
5.6 Atos administrativos em espécie.					
5.7 Extinção dos atos administrativos: revogação, anulação e cassação.					
5.8 Convalidação.					
5.9 Vinculação e discricionariedade.					
5.10 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.					
5.11 Decadência administrativa.					
5.12 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					
6 Processo administrativo.					
6.1 Lei nº 9.784/1999.					
6.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.					
6.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					
7 Poderes e deveres da administração pública:					
7.1 Poder regulamentar.					

7.2 Poder hierárquico.					
7.3 Poder disciplinar.					
7.4 Poder de polícia.					
7.5 Dever de agir.					
7.6 Dever de eficiência.					
7.7 Dever de probidade.					
7.8 Dever de prestação de contas.					
7.9 Uso e abuso do poder.					
7.10 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					
8 Licitações.					
8.1 Legislação pertinente.					
8.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.					
8.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.					
8.1.3 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços).					
8.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).					
8.1.5 Fundamentos constitucionais.					
8.2 Disposições doutrinárias.					
8.2.1 Conceito.					
8.2.3 Objeto e finalidade.					
8.2.4 Destinatários.					
8.2.5 Princípios.					
8.2.6 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.					
8.2.7 Modalidades.					
8.2.8 Tipos.					
8.2.9 Procedimento.					
8.2.10 Anulação e revogação.					
8.2.11 Sanções administrativas.					
8.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					

9 Contratos administrativos.					
9.1 Legislação pertinente.					
9.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.					
9.1.2 Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos).					
9.2 Disposições doutrinárias.					
9.2.1 Conceito.					
9.2.2 Características.					
9.2.3 Vigência.					
9.2.4 Alterações contratuais.					
9.2.5 Execução, inexecução e rescisão.					
9.2.6 Convênios e instrumentos congêneres.					
9.2.7 Consórcios públicos.					
9.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					
10 Controle da Administração Pública.					
10.1 Conceito.					
10.2 Classificação das formas de controle.					
10.2.1 Conforme a origem.					
10.2.2 Conforme o momento a ser exercido.					
10.2.3 Conforme a amplitude.					
10.3 Controle exercido pela Administração Pública.					
10.4 Controle legislativo.					
10.5 Controle judicial.					
10.6 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					
11 Improbidade administrativa: Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					
12 Agentes públicos: Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.					

DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.					
1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.					
1.2 Conflito das leis no tempo.					
1.3 Eficácia das leis no espaço.					
2 Pessoas naturais.					
2.1 Conceito.					
2.2 Início da pessoa natural.					
2.3 Personalidade.					
2.4 Capacidade.					
2.5 Direitos da personalidade.					
2.6 Nome civil.					
2.7 Estado civil.					
2.8 Domicílio.					
2.9 Ausência.					
3 Pessoas jurídicas.					
3.1 Disposições Gerais.					
3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.					
3.3 Constituição.					
3.4 Extinção.					
3.5 Capacidade e direitos da personalidade.					
3.6 Domicílio.					
3.7 Sociedades de fato.					
3.8 Associações.					
3.9 Sociedades.					
3.10 Fundações.					

3.11 Grupos despersonalizados.					
3.12 Desconsideração da personalidade jurídica.					
3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.					
4 Bens.					
4.1 Diferentes classes.					
4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.					
4.3 Bens no comércio e fora do comércio.					
5 Fato jurídico.					
6 Negócio jurídico.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Classificação e interpretação.					
6.3 Elementos.					
6.4 Representação.					
6.5 Condição, termo e encargo.					
6.6 Defeitos do negócio jurídico.					
6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.					
6.8 Simulação.					
7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.					
8 Prescrição e decadência.					
9 Prova do fato jurídico.					
10 Obrigações.					
10.1 Características.					
10.2 Elementos					
10.3 Princípios.					
10.4 Boa-fé.					
10.5 Obrigação complexa (a obrigação como um processo).					
10.6 Obrigações de dar.					
10.7 Obrigações de fazer e de não fazer.					

10.8 Obrigações alternativas e facultativas.					
10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis.					
10.10 Obrigações solidárias.					
10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia.					
10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.					
10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.					
10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas.					
10.15 Obrigações principais e acessórias.					
10.16 Transmissão das obrigações.					
10.17 Adimplemento e extinção das obrigações.					
10.18 Inadimplemento das obrigações.					
11 Contratos.					
11.1 Princípios.					
11.2 Classificação.					
11.3 Contratos em geral.					
11.4 Disposições gerais.					
11.5 Interpretação.					
11.6 Extinção.					
11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.					
12 Atos unilaterais.					
13 Responsabilidade civil.					
14 Direitos reais.					
14.1 Disposições gerais.					
14.2 Propriedade.					
14.3 Superfície.					
14.4 Servidões.					
14.5 Usufruto.					
14.6 Uso.					

14.7 Habitação.					
14.8 Direito do promitente comprador.					
15 Direito de família.					
15.1 Casamento.					
15.2 Relações de parentesco.					
15.3 Regime de bens entre os cônjuges.					
15.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores.					
15.5 Alimentos.					
15.6 Bem de família.					
15.7 União estável.					
15.8 Concubinato.					
15.9 Tutela.					
15.10 Curatela.					
16 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).					
17 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).					
17.1 Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.					

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Das Normas Fundamentais do Processo Civil.					
2 Da Aplicação das Normas Processuais. Da Jurisdição e da Ação.					
3 Dos Limites da Jurisdição Nacional.					
4 Da Cooperação Internacional.					
5 Da Competência.					
6 Da Cooperação Nacional.					
7 Das Partes e Dos Procuradores.					
8 Da Capacidade Processual.					
9 Dos Deveres das Partes e de Seus Procuradores.					
10 Dos Procuradores.					
11 Da Sucessão das Partes e dos Procuradores.					
12 Do Litisconsórcio.					
13 Da Intervenção de Terceiros.					
14 Da Assistência.					
15 Da Denúnciação da Lide.					
16 Do Chamamento ao Processo.					
17 Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.					
18 Do Amicus Curiae.					
19 Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça.					
20 Dos Poderes, Dos Deveres e Da Responsabilidade do Juiz.					
21 Dos Impedimentos e da Suspeição.					
22 Dos Auxiliares da Justiça.					
23 Do Ministério Público.					
24 Da Advocacia Pública.					
25 Da Defensoria Pública.					

26 Da Forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais.					
27 Do Tempo do Lugar dos Atos Processuais.					
28 Dos Prazos.					
29 Da Comunicação dos Atos Processuais.					
30 Da Citação. Das Cartas.					
31 Das Intimações.					
32 Das Nulidades.					
33 Da Distribuição e Do Registro.					
34 Do Valor da Causa.					
35 Da Tutela Provisória.					
36 Da Tutela de Urgência.					
37 Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente.					
38 Do Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente.					
39 Da Tutela da Evidência.					
40 Da Formação do Processo.					
41 Da Suspensão do Processo.					
42 Da Extinção do Processo.					
43 Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença.					
44 Do Procedimento Comum.					
45 Da Petição Inicial.					
46 Da Improcedência Liminar do Pedido.					
47 Da Audiência de Conciliação ou de Mediação.					
48 Da Contestação.					
49 Da Reconvenção. Da Revelia.					
50 Das Providências Preliminares e do Saneamento.					
51 Do Julgamento Conforme o Estado do Processo.					
52 Da Audiência de Instrução e Julgamento.					
53 Das Provas.					

54 Da Sentença e da Coisa Julgada.					
55 Da Liquidação de Sentença.					
56 Do Cumprimento da Sentença.					
57 Da Restauração de Autos.					
58 Do Processo de Execução.					
59 Da Responsabilidade Patrimonial.					
60 Das Diversas Espécies de Execução.					

DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Características e Fontes do Direito Penal.					
2 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.					
3 Aplicação da lei penal.					
3.1 A lei penal no tempo e no espaço.					
3.2 Tempo e lugar do crime.					
3.3 Lei penal excepcional, especial e temporária.					
3.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.					
3.5 Pena cumprida no estrangeiro.					
3.6 Eficácia da sentença estrangeira.					
3.7 Contagem de prazo.					
3.8 Frações não computáveis da pena.					
3.9 Interpretação da lei penal.					
3.10 Analogia.					
3.11 Irretroatividade da lei penal.					
3.12 Conflito aparente de normas penais.					
4 Teoria do Delito.					
4.1 Classificação dos crimes.					
4.2 Teoria da Ação.					
4.3 Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos.					
4.4 Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva.					
4.5 Tipos dolosos de ação.					
4.6 Tipos dos Crimes de Imprudência.					
4.7 Tipos dos Crimes de Omissão.					
4.8 Consumação e tentativa.					
5 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.					

6 Arrependimento posterior.					
7 Crime impossível.					
8 Agravação pelo resultado.					
9 Erro.					
9.1 Discriminantes putativas.					
9.2 Erro determinado por terceiro.					
9.3 Erro sobre a pessoa.					
9.4 Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).					
10 Concurso de crimes.					
11 Illicitude.					
12 Culpabilidade.					
13 Concurso de Pessoas.					
14 Penas.					
14.1 Espécies de penas.					
14.2 Cominação das penas.					
14.3 Aplicação da pena.					
14.4 Suspensão condicional da pena.					
14.5 Livramento condicional.					
14.6 Efeitos da condenação.					
14.7 Reabilitação.					
14.8 Execução das penas em espécie e incidentes de execução.					
14.9 Limites das penas.					
15 Medidas de segurança.					
15.1 Execução das medidas de segurança.					
16 Ação penal.					
17 Punibilidade e causas de extinção.					
18 Prescrição.					
19 Crimes contra a pessoa.					

20 Crimes contra o patrimônio.					
21 Crimes contra a propriedade imaterial.					
22 Crimes contra a organização do trabalho.					
23 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.					
24 Crimes contra a dignidade sexual.					
25 Crimes contra a família.					
26 Crimes contra a incolumidade pública.					
27 Crimes contra a paz pública.					
28 Crimes contra a fé pública.					
29 Crimes contra a Administração Pública.					
30 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).					
31 Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).					
32 Lei nº 12.694/2012 e Lei nº 12.850/2013 (crime organizado).					
33 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (crimes contra o meio ambiente).					
34 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito).					
35 Lei nº 4.898/1965 (abuso de autoridade). 36 Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).					
37 Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro).					
38 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).					
39 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 40 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.					

DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional.					
2 Sistemas e Princípios Fundamentais.					
3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
4 Fase Pré-Processual: Inquérito policial.					
5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.					
5.1 Elementos identificadores da relação processual.					
5.2 Formas do procedimento.					
5.3 Princípios gerais e informadores do processo.					
5.4 Pretensão punitiva.					
5.5 Tipos de processo penal.					
6 Ação penal.					
7 Ação civil Ex Delicto.					
8 Jurisdição e Competência.					
9 Questões e processos incidentes.					
10 Prova.					
10.1 Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica).					
11 Sujeitos do Processo.					
12 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.					
12.1 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária).					
13 Citações e intimações.					
14 Atos Processuais e Atos Judiciais.					
15 Procedimentos.					
15.1 Processo comum.					
15.2 Processos especiais.					

15.3 Lei nº 8.038/1990 - normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).					
16 Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais criminais).					
17 Prazos.					
17.1 Características, princípios e contagem.					
18 Nulidades.					
19 Recursos em geral.					
20 Habeas corpus e seu processo.					
21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).					
22 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.					
23 Disposições gerais do Código de Processo Penal.					

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado.					
1.1 Reforma do Serviço Civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e Reforma do Aparelho do Estado.					
2 Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático.					
2.1 O Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador.					
3 Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público.					
3.1 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.					
4 Governo eletrônico.					
4.1 Transparência da administração pública.					
4.2 Controle social e cidadania.					
4.3 Accountability.					
5 Excelência nos serviços públicos.					
5.1 Gestão por resultados na produção de serviços públicos.					
5.2 Gestão de Pessoas por Competências.					
6 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.					
7 Governabilidade e governança.					
7.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).					
8 Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCI), agência reguladora, agência executiva.					
9 Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas.					